

# DECLARAÇÃO CONJUNTA

## Combater a corrupção e a má governança em defesa dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Sustentável na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

2 junho 2021

Por ocasião da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU contra a corrupção ([UNGASS2021](#)), que tem hoje o seu início, e após vários anos de notícias sobre escândalos de corrupção relacionados com os Países de Língua Portuguesa, é importante que a agenda da CPLP considere a necessidade de reforçar as suas normas anticorrupção e de governança.

Os direitos económicos, sociais e culturais só podem ser plenamente atingidos se e quando as nações se comprometerem a combater e erradicar a corrupção sem concessões.

Parece, infelizmente, que, sob a agenda da CPLP, os interesses comerciais prevalecem sobre os Direitos Humanos, enquanto as desigualdades continuam a prosperar.

É preocupante que, sete anos após a admissão na CPLP, a Guiné Equatorial não tenha ainda abolido a pena de morte, tal como exigido pelos estatutos da organização.

Do mesmo modo, é também altamente preocupante que, tal como no caso [#LuandaLeaks](#), Portugal continue a ser um facilitador de esquemas de corrupção, fluxos financeiros ilícitos e de branqueamento de capitais, que acabam por entrar na União Europeia. Entretanto, as [investigações](#) sobre a alegada corrupção de empresas portuguesas relacionadas com as elites da Guiné Equatorial estão a avançar a um ritmo muito lento.

A corrupção não é um crime sem vítimas e a corrupção em grande escala só é possível quando existe uma coletiva falta de aplicação das leis a nível nacional e internacional, um fracasso que só beneficia alguns, enquanto drena os mais vulneráveis das nossas sociedades. Por conseguinte, acreditamos firmemente que existe uma responsabilidade global partilhada.

Por isso, instamos a CPLP a comprometer-se a adotar e implementar as recomendações da União Europeia, bem como a UNCAC e a Convenção Anti-Suborno da OCDE aplicáveis a vários Estados da CPLP.

Confiamos que tal compromisso, juntamente com o apoio público à [proposta da Transparency Internacional e da UNCAC Coalition para o estabelecimento de um Acordo Multilateral sobre Recuperação de Ativos e Compensação de Vítimas](#), e o estrito respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos fundamentais dos cidadãos – nomeadamente a liberdade de associação e a liberdade de expressão e de reunião –, assegurará que os valores democráticos fundamentais sejam preservados no seio da Comunidade.

Enquanto sociedade civil organizada, estamos prontos e dispostos a apoiar estes esforços, a nível nacional e comunitário, e confiamos que os órgãos executivos da CPLP, bem como os representantes dos Estados-membros, considerem o valor acrescentado da parceria com um vasto leque de intervenientes da sociedade civil para estabelecimento de uma luta total e absoluta contra a corrupção, em defesa dos Direitos Humanos e para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que nos unem a todos.

A crise global da COVID-19 exige que sejamos solidários com aqueles que mais sofrem. A CPLP não pode continuar a ignorar que muito deste sofrimento é amplificado pela falta de um compromisso sério para erradicar a corrupção, por exemplo, através da aplicação de diretrizes anti-branqueamento de capitais e do fim dos fluxos financeiros ilícitos provenientes dos países da CPLP no Sul Global, viabilizados e canalizados através de Portugal.

### **Organizações subscritoras desta declaração:**

- Associação Justiça, Paz e Democracia (Angola)
- Centro de Integridade Pública de Moçambique
- Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe
- EG Justice (Guiné Equatorial)
- Observatório da Imprensa de Angola
- Observatório da Democracia e Governança (Guiné-Bissau)
- Plataforma de Reflexão Angola
- Transparência Internacional Brasil
- Transparência e Integridade / TI Portugal

